

**ARTIGO****O ESTUDO DOS DISCURSOS E DOS  
MOLDES DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR  
E TÉCNICO-POLICIAL ENTRE PORTUGAL,  
BRASIL E ANGOLA****MÓNICA DE MELO FREITAS**

Doutora em Sociologia Económica e Pós-Doutorada em Avaliação e Gestão de Serviços de Saúde. É Investigadora Integrada no Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa desde 2010 e investigadora convidada na Universidade de Stanford (EUA) em 2013. Publicou vários artigos sobre o tema da cooperação na saúde e na segurança pública.

**IVONE FREIRE E COSTA**

Doutora em Sociologia Económica e das Organizações pela Universidade Técnica de Lisboa e Professora Associada IV da Universidade Federal da Bahia. É actualmente, a Coordenadora do Programa de Estudos, Pesquisas e Formação em Políticas e Gestão de Segurança Pública- PROGESP vinculado à Rede de Altos Estudos em Segurança Pública – RENAESP.

---

**RESUMO**

O presente artigo é resultado de uma pesquisa mais ampla, de natureza qualitativa, sobre a cooperação técnico-militar e técnico-policial entre Portugal, Brasil e Angola. O objetivo é analisar a situação atual da cooperação com base em fonte bibliográfica e documental. Em particular, pretende-se descrever e examinar os discursos formulados em torno da cooperação por atores ligados aos segmentos diplomático, ao planeamento estratégico e técnico-operacional. Em seguida, ressaltam-se os pontos fortes, os pontos fracos, as oportunidades e as ameaças apresentadas pela referida cooperação. Os resultados mostram que apesar das divergências verificadas nos discursos, os atores salientam que a cooperação existente pode ser reforçada sobretudo nas áreas da formação policial e em economia da defesa. Além disso, apontam como ponto forte da cooperação a partilha de uma língua comum; como ponto fraco as assimetrias políticas, financeiras e científicas dos países envolvidos; como oportunidade, a participação conjunta em operações humanitárias sob a égide das Nações Unidas e, por fim, como ameaça, a subvalorização dos objetivos coletivos em favor dos objetivos individuais.

**Palavras- Chave:** Discursos; moldes de cooperação; setor militar; setor policial.

---

**ABSTRACT**

**STUDYING THE DISCOURSES AND THE TECHNICAL- MILITARY AND TECHNICAL- POLICE MODELS OF COOPERATION AMONG PORTUGAL, BRAZIL AND ANGOLA**

*This paper aims to show the outcomes of a qualitative research about technical- military and technical- police cooperation among Portugal, Brazil and Angola. The main objective of the research was studying the cooperation through application of bibliographic and documental analyzes. The research had a specific objective of identifying, describing and analyzing the discourses edited by actors of diplomatic, strategical planning and technical operational sectors. After that, the research searched to identify strengths, weakness, opportunities and threats presented by the cooperation. The outcomes highlighted that the actors believe that the mentioned cooperation can be strengthened especially on training and defense's economy areas despite divergences of points of view verified. They have mentioned also that sharing Portuguese as common language*

*can be an advantage in strengthening the cooperation. They have identified political, financial and scientific asymmetries among the countries as the main threat. For them, engagement in humanitarian missions conducted by United Nations is a good opportunity to the countries and the predominance of individual objectives to contrary to collective ones can be a threat to strengthen cooperation.*

**Key-words:** *discourses; models de cooperation; military sector; police sector.*

DOI: 10.31060/rbsp.2019.v13.n2.929

Data de recebimento: 12/04/2018 – Data de aprovação: 22/03/2019

## INTRODUÇÃO

O presente artigo resultou de uma pesquisa realizada sobre a cooperação técnico-militar e técnico-policial no espaço lusófono. Inicialmente, o estudo buscou perceber qual era a situação da cooperação entre os países, nos planos bilateral e multilateral no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Contudo, a facilidade de acesso aos intervenientes do Brasil, de Portugal e da Angola conduziu à circunscrição do estudo a esses três países. Mais do que apenas identificar, descrever e analisar as lógicas de justificação tecidas em torno da referida cooperação (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1991), o estudo teve também o objetivo de identificar, descrever e discutir os pontos fortes, os pontos fracos, as ameaças e as oportunidades apontadas pelos atores.

Angola, Brasil e Portugal constituem o foco do presente estudo pelo fato de se considerar que estes três países possuem um elevado potencial no domínio em apreço, ou seja, possuem Forças Armadas e Forças de Segurança de assinalável dimensão, a par de tecnologias de defesa desenvolvidas, em particular o Brasil. Apresentam também elevado prestígio na área da formação, nos domínios técnico-militar e técnico-policial, como bem ilustra a ação de Portugal e Brasil.

Ainda, em virtude de estes três países estarem dispersos por três continentes distintos e integrarem, no contexto regional, alianças com elevada capacidade de intervenção, como é o caso da participação de Portugal na Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) e de Angola, na União Africana. Angola tem sido um ator importante no apoio às Forças Armadas da Guiné-Bissau e do Brasil no Mercado Comum do Sul (Mercosul), em ações de formação na área técnica-militar e no controle de fronteiras, em parceria com os países vizinhos da América do Sul, tais como Bolívia, Venezuela, Uruguai e Argentina.

A pertinência do estudo está tanto na contribuição para a compreensão de um tema ainda subexplorado, como na contribuição para a descrição dos modos de articulação e de concertação de esforços estabelecido entre os atores das áreas da segurança e defesa, em especial porque estas passam por um período de densa transformação, fruto de numerosos fatores. Entre eles, citam-se a incorporação de modelos e práticas de *governance* e de *accountability* no interior das corporações policiais (GRAVELLE, 2011) e militares, o aumento da consciência individual sobre os direitos humanos (TERPSTRA, 2011), a par da crescente necessidade de elevar os níveis de eficiência, eficácia e de reputação pública (MASON et al., 2014). Atenta-se ainda ao fato de que a violação dos direitos fundamentais do homem e/ou dos cidadãos pode dar azo a crises de tipo ontológicas bastante graves nas sociedades (GIDDENS, 2005).

As áreas da segurança e da defesa serão aqui tratadas simultaneamente pelo fato de serem tratadas conjuntamente em várias agendas de defesa nacional, em razão de partilharem competências semelhantes em áreas como patrulhamento, detenção e situações de crise humanitária. A par disto, a ausência de uma linha clara entre o que compete às polícias militares e às Forças Armadas vem conduzindo os profissionais a invocarem os estatutos uns dos outros com vista a alcançar melhores condições de carreira.

Salienta-se que a segurança, num sentido lato, corresponde a um dos direitos fundamentais contemplados no artigo nº 3 da Carta Universal dos Direitos do Homem (PORTUGAL, 1978), no artigo nº 27, VII, da Constituição da República Portuguesa (PORTUGAL, 2005) e no artigo nº 144, V, Cap. 3 da Constituição Federal Brasileira (BRASIL, 1988). Alguns autores, entre os quais Manuel Valente e Ivone Costa, apresentam conceitos mais alargados de segurança, aos quais são acrescentados o sentimento de segurança, o direito à saúde, à educação, ao emprego, à habitação digna, ao lazer e ao consumo (COSTA, 2003; WERNER, 2015).

As questões norteadoras da realização da presente investigação foram as seguintes:

1. Como a teoria das lógicas de justificação de (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1991) consegue dar resposta às necessidades de justificação dos atores que se encontram à frente dos segmentos diplomático, estratégico e técnico-operacional nas áreas da segurança e da defesa?
2. Como as lógicas acionadas variam de acordo com os segmentos a que estes pertencem?
3. De qual maneira a inserção na CPLP levou os países a integrarem linhas estratégicas e de ação semelhantes nos planos de defesa nacional e nas estratégias nacionais de defesa?
4. De que maneira está prevista a formação/intensificação dos acordos de cooperação bilaterais nas áreas da segurança e defesa com os países da CPLP na política de defesa nacional?
5. Quais são as linhas de orientação estratégica e o nível de ambição contemplados nestes acordos?
6. Existem linhas estratégicas específicas para a articulação destas áreas, entre Angola, Brasil e Portugal? Caso existam, quais são e que tipos de projetos foram desenvolvidos? Quais foram os recursos alocados, bem como as tecnologias e as principais competências mobilizadas?
7. Como o reforço dos laços de cooperação nas áreas da segurança e defesa entre Angola, Brasil e Portugal poderia ser de mais valor para a afirmação estratégica destes países e para uma maior afirmação internacional no domínio das operações de paz e humanitárias, levadas a cabo sob a égide das Nações Unidas?
8. Que vantagens poderão advir do aprofundamento destes acordos de cooperação e em que medida poderão propiciar um maior desenvolvimento das áreas da segurança e defesa em cada um destes países?
9. De que forma os atores acreditam que estes laços de cooperação nas áreas da segurança e defesa, entre Angola, Brasil e Portugal, poderiam ser reforçados? Que iniciativas gostariam de ver implementadas? E qual é a visão que sustenta o aprofundamento dos referidos laços?

Perseguindo o fio condutor da investigação, com base nas questões elencadas anteriormente, realizou-se uma pesquisa bibliográfica sobre a cooperação no espaço lusófono em geral, e no ramo da segurança e

da defesa, especificamente. Tendo em conta a ausência de estudos envolvendo apenas os três países alvo deste estudo, decidimos dedicar a atenção ao âmbito de uma cooperação mais alargada.

De maneira complementar, efetuou-se a análise documental dos planos nacionais de defesa e das estratégias de defesa nacional, além de outros documentos disponibilizados nos *websites* dos governos e pelos atores inquiridos no estudo. Concluídos estes processos, partiu-se para a inquirição de atores com poder de decisão do segmento diplomático, do planeamento estratégico e técnico-operacional. Integram o setor diplomático as embaixadas com representação em Portugal, enquanto o setor do planeamento estratégico é composto pelas direções e secretarias/gabinetes de apoio aos ministérios, já o setor técnico-operacional compreende as escolas e os ramos policiais.

Foram definidos estes três segmentos porque considerou-se pertinente perceber como uma determinada orientação política é apreendida, descrita e justificada pelos atores. Como diz Bruno Latour, os atores trazem dentro de si teorias próprias (LATOURE, 2012). Nesta mesma linha de pensamento, corroboram os autores Luc Boltanski e Laurent Thévenot, afirmando que os atores baseiam-se em diferentes lógicas de justificação para criticar a sua ação e a ação dos outros mediante situações controversas (BOLTANSKI; THÉVENOT, 1991).

O estudo realizado compreendeu três grandes momentos: um teórico e dois empíricos. O primeiro momento, ou seja, o teórico, compreendeu a análise bibliográfica de estudos relacionados com o tema da cooperação/cooperação técnico-militar e técnico-policial e a análise documental dos documentos disponibilizados quer pelos governos quer pelos atores inquiridos neste estudo.

Durante o segundo e o terceiro momentos, foram realizadas entrevistas semidiretivas aos atores dos segmentos diplomático, do planeamento estratégico e técnico-operacional. Os resultados produzidos durante esta fase evidenciaram as lógicas de justificação invocadas em torno da cooperação, além dos seus pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças. As entrevistas decorreram entre março e novembro de 2011 e tiveram a duração de cerca de uma hora cada.

Foram inquiridos 14 interlocutores, que não autorizaram a fazer registos de áudio ou vídeo das entrevistas realizadas, de maneira que a análise assenta-se apenas nos registos efetuados durante as reuniões.

Os organismos e os atores contactados no âmbito do presente estudo foram: a Direção Geral de Política de Defesa Nacional (DGPDN) do Ministério da Defesa Português; o Secretariado Executivo da CPLP, as Embaixadas de Angola e do Brasil em Lisboa, o Gabinete de Relações Internacionais da Angola, do Brasil e de Moçambique na Direção Geral de Política Nacional e o Secretariado Permanente para os Assuntos da Defesa (SPAD); a Embaixada do Brasil junto à CPLP; a Direção Geral da Administração Interna (DGA); a Direção Nacional de Viação e Trânsito da Angola; o Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI), a Coordenação Superior da Polícia Judiciária e a Divisão dos Assuntos da CPLP no Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal.

Para alcançar os objetivos propostos, empregou-se um modelo de análise compreensiva composto por técnicas de levantamento e de tratamento de dados do tipo qualitativo. Ou seja, utilizaram-se as técnicas de análise bibliográfica/documental e as entrevistas semidiretivas durante a fase de levantamento de dados e as técnicas de análise de conteúdo temática e estrutural durante a fase de tratamento de dados. Para conseguir realizar estas reuniões, foi necessário garantir que o anonimato dos intervenientes e a confidencialidade dos dados estariam assegurados.

Os agendamentos das reuniões foram solicitados através do envio de cartas, enquanto as confirmações se deram por e-mail ou chamada telefônica. De modo geral, as entrevistas correram bem, tendo a maioria dos atores entrevistados se prontificado a receber a equipe de pesquisa novamente, caso se fizesse necessário.

## ENQUADRAMENTO TEÓRICO

### O NOVO MODELO DE GESTÃO PÚBLICA E AS MUDANÇAS NO SETOR DA SEGURANÇA E DA DEFESA

De acordo com Giddens (2005), o acesso aos serviços públicos assegurados pelo Estado é visto pelos atores como um elemento caracterizador da sua própria identidade, principalmente no que diz respeito à Europa Ocidental. Em suma, pode-se dizer que quem nasceu e cresceu num país onde o Estado sempre garantiu o direito à educação, saúde e proteção pessoal e de bens de forma gratuita ou semigratuita dificilmente se conformaria em ver estes serviços suprimidos, ou sequer oferecidos por outras organizações privadas ou não-governamentais. A alteração dos padrões de produção e de concessão de serviços públicos, se não for devidamente coordenada, poderá inclusive comprometer a manutenção do Estado como figura central da democracia (TRIGILIA, 2002).

Portugal foi um dos países que compreendeu que a afirmação da polícia como garantia do estado democrático de direito passava pela sua constitucionalização. “Só um modelo democrático de polícia pode contrariar a preocupação filosófica de Gauchet quando alerta para o perigo da ‘consagração dos direitos humanos’ assinalar ‘uma entrada em crise das democracias ao mesmo tempo em que marca o seu triunfo” (VALENTE, 2015, p. 10).

O ganho de conscientização acerca dos direitos humanos tornou os cidadãos de um modo geral mais reivindicativos e também mais cooperativos entre si. Para atender às novas exigências de cidadania apresentadas, a administração pública em geral e as forças militares e policiais especificamente têm adotado novas práticas e modelos típicos da gestão privada. “Enquanto isto, a polícia mudou a sua missão em termos de desenvolvimento de uma abertura maior e de responsabilidade às necessidades e exigências dos cidadãos e teve também de executar de forma mais eficiente, económica e efetiva” (ANDREI et al., 2012, p. 660).

Em outras palavras, as forças militares e policiais foram conduzidas a buscar novas formas de atendimento às demandas de eficiência apresentadas, sem contudo descuidar das regras cerimoniais e dos mitos ditados pelo contexto institucional em que se encontram inseridas (MERYER; ROWAN, 1977 apud RITSERT et al., 2012).

De acordo com Andrei et al. (2012), os fatores de natureza pessoal que poderão estar por detrás de uma maior abertura ou resistência à cooperação são essencialmente: a formação pessoal, a necessidade de formação contínua e de atualização, a especialização profissional, a experiência profissional, a dedicação, as redes de trabalho, a habilidade em comunicar em língua estrangeira, entre outros. Segundo os autores, há também fatores de natureza organizacional que podem impactar a cooperação, como a existência de cooperação com parceiros estrangeiros, a gestão, a confiança mútua, a cooperação com outras forças policiais em casos complexos e tipo de suporte recebido de supervisores e colegas.

Esta mesma linha de pensamento é corroborada por outros autores ao destacarem que os fatores de natureza geopolítica e os arranjos institucionais tanto podem servir de estímulo como de entrave à

cooperação (MOREIRA, 2001). Geralmente estes autores começam por esclarecer o contexto histórico e geopolítico em que normalmente as situações de cooperação ocorreram.

No que concerne aos países lusófonos, ou seja, países que outrora fizeram parte do império colonial português, com traços sociais, culturais e linguísticos próprios e que se mantiveram ao longo do tempo, pode-se dizer que o processo de colonização e descolonização ocorreu de forma distinta em cada um destes países, ou seja, Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor Leste.

Quanto à relevância da língua portuguesa para a coesão dos países lusófonos em termos de estratégias político-econômicas, verifica-se que as transações financeiras que os países lusófonos estabelecem entre si ocorrem em menor número quando comparadas com as transações que realizam com outros países exteriores ao espaço lusófono (MOREIRA, 2001).

A relação que Portugal mantém hoje com os países africanos encontra-se fortemente marcada pela transferência de recursos, tecnologias e *know-how* com vista a potenciar o desenvolvimento económico, social e democrático destes países. Contudo, esta porta poderá deixar de fazer sentido quando os países passarem também a integrar a Organização Mundial do Livre Comércio (MOREIRA, 2001).

Para alguns autores, como Moreira (2001), os resultados alcançados pela CPLP são incipientes. Pode-se dizer que a CPLP ainda não conseguiu delinear uma estratégia de coesão e de desenvolvimento económico, social e cultural adequada às necessidades de cada um dos países.

De acordo com Moreira (2001), a CPLP precisa englobar na sua estratégia de mobilização os interesses particulares de cada um dos seus estados-membros. Além disso, necessita encontrar formas de integrar os interesses estratégicos dos blocos regionais nos quais os seus estados-membros estão inseridos, com vistas a ser mais competitiva. Constituem exemplos o Mercosul, ao qual se encontra associado o Brasil; a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental, à qual estão associados alguns países africanos, entre os quais Cabo Verde e Guiné-Bissau; a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), à qual se encontram associados alguns países africanos de expressão portuguesa, tais como Angola e Moçambique.

Não se pretende desvalorizar as perspectivas teóricas que apontam os resquícios da época colonial ou as diferentes opções estratégicas levadas a cabo pela CPLP como fatores condicionantes do reforço dos acordos de cooperação no espaço lusófono. Acredita-se, contudo, que a chave para a compreensão do fenómeno da cooperação lusófona, inclusive na área da segurança e da defesa, poderia passar pela análise das mudanças ocorridas nos modelos de gestão nas organizações destes setores, fruto em grande medida das transformações no interior do sistema capitalista e da migração das práticas do setor privado para o setor público no âmbito do *New Public Management*.

Desse modo, a escassez de recursos financeiros para investimento e o aumento da pressão sobre as instituições públicas, com vistas a obrigá-las a atuar segundo princípios de governança mais eficazes, levaram-nas a enveredar pelos paradigmas que fundamentam o *New Public Management*.

Portanto, trata-se de um novo modelo de gestão, em que princípios como a participação coletiva e a transparência de processos constituem elementos-chave. O *New Public Management* disponibiliza um

conjunto de ferramentas de gestão destinadas ao uso pelas instituições públicas, para alcançar os objetivos de participação coletiva e de transparência de processos, sob o princípio da eficiência (EWALT, 2001).

Esse processo, com o qual a forma de atuação do Estado sofre radical mudança, passou por uma crise de legitimidade e tenta reerguer-se. Neste sentido, questiona-se: como o envolvimento do setor da segurança e da defesa em redes de cooperação, dentro do escopo do *New Public Management*, poderia contribuir para a legitimidade das suas organizações?

Parte-se da hipótese de que essa crise geral de legitimidade constitui uma via para compreender as transformações que vêm ocorrendo no interior das instituições públicas ligadas aos setores em estudo. Principalmente porque se constata que tem havido mudanças nas lógicas de justificação apresentadas pelos atores ligados a estes setores na arena pública. Assim, as referidas alterações podem estar enquadradas na estratégia de legitimação do Estado na contemporaneidade.

Em Boltanski e Thévenot (1991) as lógicas de justificação tendem a incorporar os princípios superiores relacionados ao bem comum e à articulação dos atores em redes com o objetivo de alcançar a legitimação. De acordo com os estudiosos, quando os atores se encontram em situações de controvérsias, tendem a invocar os princípios da ordem doméstica, da inspiração, do renome industrial, mercantil, cívico ou relativo a algum projeto para obter a legitimação. Neste sentido, busca-se perceber como os atores da segurança e da defesa tendem ou não a apoiar-se nos princípios superiores de bem comum para obter legitimação, contemplados na Grelha Taxonômica de Boltanski e Thévenot (1991), assim como o porquê o fazem, se fazem, e de que modo.

## MÉTODO

No primeiro momento, realizou-se a análise bibliográfica de estudos relacionados com o tema da cooperação e da cooperação técnico-militar e técnico-policial. De maneira complementar, realizou-se análise documental dos principais documentos de regulação destes setores (como estratégia de defesa nacional e plano nacional de defesa), bem como das informações disponibilizadas nos *websites* pelos governos dos países em estudo. A análise documental mostrou-se ser uma das mais adequadas, uma vez que se buscou reunir o máximo de informação pertinente dos documentos oficiais (QUIVY; CAMPENHOUDT, 1998). Os dados extraídos nesta fase foram tratados com o suporte das técnicas de análise de conteúdo temática e estrutural.

No segundo momento, buscou-se compreender de que maneira a Grelha Taxonômica de Boltanski e Thévenot (1991) conseguiria dar respostas às necessidades de justificação dos atores responsáveis pelos segmentos diplomático, do planeamento estratégico e técnico-operacional das áreas da segurança e da defesa, a partir da análise das informações levantadas nas entrevistas semiestruturadas. Aplicou-se a técnica de análise de conteúdo temática e estrutural na análise das entrevistas com essa finalidade.

No terceiro momento, propôs-se construir um modelo de análise das redes de cooperação das áreas da segurança e da defesa, a partir da aplicação da metodologia *Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats* (SWOT) ou seja, da compreensão das potencialidades, vulnerabilidades, oportunidades e ameaças apresentadas pelas redes existentes.

A entrevista semidireta tem a vantagem de permitir o acesso a informações mais densas e subjetivas, conseqüentemente, também mais ricas em conteúdo (Quivy & Campenhout, 1998). Assim, na fase

exploratória de entrevistas semidiretivas, a amostra dos atores foi escolhida de acordo com a função ocupada em departamentos/gabinetes diplomáticos, de planeamento estratégico e técnico-operacional nas áreas da segurança e defesa de Angola, Brasil e Portugal. O foco da investigação foi sobretudo o da *descoberta*. Do ponto de vista da pesquisa, o ator não é mero produto das estruturas tal como defende a corrente estruturalista, antes vale-se de um conjunto de valores morais para criticar a sua ação e a dos outros (GIDDENS, 2005). Salienta-se que os atores selecionados ocupavam posição de relevância no segmento diplomático e no do planeamento estratégico e técnico-operacional das embaixadas de Angola e do Brasil em Lisboa, assim como na Direção Geral de Política Nacional e no Secretariado Executivo da CPLP, em Lisboa. Tais atores foram entrevistados pelo fato de terem o poder de decisão e a capacidade para mobilizar pessoas, recursos, tecnologias, equipamentos e informações pertinentes (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009).

As entrevistas foram analisadas tomando como suporte inicial a Grelha Taxonômica dos modos de justificação proposta por Boltanski e Thévenot (1991) pelo fato de as lógicas de justificação para a ação apresentarem-se flexíveis e ajustáveis às exigências da prova. Segundo estes autores, o espírito do capitalismo tem necessidade de incorporar constantemente medidas de equivalência e de justiça entre os seres, os objetos e as ações nas provas dadas, ao contrário do que ocorre na corrente estruturalista, em que as lógicas de ação parecem estar mais relacionadas com as características das estruturas do que das provas.

Escolheu-se o método de análise de conteúdo do tipo temática na fase do tratamento dos dados, pelo fato de permitir ao investigador construir categorias de sentido a partir da análise de variáveis, por exemplo, o número de vezes em que as palavras aparecem no discurso dos atores (QUIVY; CAMPENHOUT, 1998).

Em suma, teve-se como objetivo, por um lado, perceber em que medida o modelo justificativo de Boltanski e Thévenot (1991) responde às exigências de justificação das áreas da segurança e da defesa e, por outro, caracterizar densamente os modos de articulação dos atores e das formas de coesão da ação social nestas áreas, com vista a contribuir para sua maior assertividade nos processos de mobilização de pessoas em projetos futuros.

## RESULTADOS

Os resultados alcançados neste estudo foram organizados em três grandes blocos. No primeiro, apresentam-se os principais resultados verificados durante a pesquisa bibliográfica; no segundo, os resultados alcançados durante a pesquisa documental; no terceiro, os que foram produzidos na fase da inquirição dos atores. Dos dados extraídos nesta última fase, procurou-se identificar as principais lógicas de justificação consolidadas, além de pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças apresentados pela cooperação técnico-militar e técnico-policial.

A pesquisa bibliográfica mostrou que o tema da cooperação técnico-militar e técnico-policial envolvendo apenas Portugal, Brasil e Angola encontra-se subexplorada. A par disto, mostrou que a cooperação entre os países lusófonos ainda não alcançou a meta desejada, como provam o número de trocas comerciais estabelecidas e o investimento financeiro avançado por estes países (MOREIRA, 2001).

A pesquisa documental esclareceu que a Lei de Defesa Nacional de Angola não contempla o estreitamento de laços com os países da lusofonia, contudo, é realçada a submissão às Nações Unidas e à União Africana. Embora a Lei 2/93 da Assembleia Nacional (publicada no **Diário da República** em 23 de março de 1993)



não evidencie a existência de acordos de cooperação entre Angola e outros países, incluindo Brasil e Portugal (ANGOLA, 1993), tomou-se conhecimento, por meio de uma reunião com a Embaixada de Angola (2011), que estes acordos existem, em especial no âmbito bilateral. De modo geral, pode-se dizer que os laços de cooperação existentes entre Angola e Portugal ocorrem, em especial na área da formação em segurança e defesa.

A Política de Defesa Nacional Brasileira compreende essencialmente as dimensões: da política, relacionada com a definição/reformulação dos conceitos, dos ambientes de atuação das Forças Armadas e de Segurança Nacional e Internacional; da defesa; da estratégia, que integra as respectivas orientações e diretrizes.

Em setembro de 2007, o presidente brasileiro Lula da Silva instituiu um grupo de trabalho de alto nível para reformular a área da defesa do Brasil. O Plano Estratégico de Defesa Nacional do Brasil foi entregue ao Presidente em 7 de setembro de 2008 e anunciado oficialmente à nação em 18 de dezembro do mesmo ano. No novo plano, o conceito de segurança foi ampliado, passando a contemplar, além da defesa externa, a defesa civil, a segurança pública, as políticas econômicas, educacionais, ambientais e de outras áreas, muitas das quais são tratadas via instrumentos político-militares. Neste sentido, o plano passou a englobar todas as ações levadas a cabo tendo em vista a manutenção do grau de segurança desejado. A manutenção do grau de segurança desejado passa essencialmente pelo fortalecimento dos laços de cooperação internos (com as parcerias estabelecidas entre o Exército e a Marinha Brasileira no combate ao tráfico ou as parcerias estabelecidas entre as Forças Armadas e outras organizações civis e governamentais, em especial universidades) e externos (por exemplo, as parcerias entre o Brasil e os países do Mercosul, tendo em vista o controle e a fiscalização das zonas fronteiriças da Amazônia e a defesa do Atlântico Sul). O fortalecimento dos laços de cooperação com os países da CPLP também faz parte da estratégia de internacionalização do Brasil, como mostra a estratégia de defesa nacional END (Brasil, 2012).

No que se refere à Política de Defesa Nacional de Portugal, ela apresenta as seguintes características gerais e normativas:

1. Política Nacional de Defesa “Interna e Integrada”: baseia-se na articulação e integração das Forças Armadas com as Forças de Segurança Nacionais. As Forças Armadas *deverão*, igualmente, assumir a sua parte nas missões de luta contra agressões e ameaças transnacionais, nos termos da lei e em coordenação com os instrumentos internos para esse combate, nomeadamente as Forças de Segurança.
2. A *defesa* do espaço “Regional/Europeu” contempla o estabelecimento de laços de cooperação com a Otan e com a União Europeia.
3. No âmbito “Transnacional”, as Forças Armadas deverão estar aptas a combater o crime organizado transfronteiriço, em conjunto com outros organismos internacionais, bem como contribuir para a resolução dos conflitos além-fronteiras, que se não forem sanados, poderão ameaçar a ordem pública nacional (Portugal, .11).

Os resultados produzidos durante a fase da inquirição dos atores mostrou que na *cité* da inspiração em segurança e defesa, a aspiração está intrinsecamente ligada ao intuito de afirmar a língua, a cultura e a identidade lusófona na arena internacional. Neste sentido, o Centro Estratégico de Moçambique possui um papel muito importante no que diz respeito à criação de doutrina, à formação de multiplicadores tal como ao incentivo para a realização de investigação científica inclusive nas áreas da segurança e defesa.

A *cité* doméstica da segurança e da defesa caracteriza-se essencialmente pelo cumprimento dos estatutos e/ou de legislações. Já na *cité* industrial da segurança e defesa, os esforços dos atores derivam da necessidade que estes possuem de acederem aos equipamentos, tecnologias, doutrina de formação e informações atualizadas e pertinentes relacionadas à segurança e defesa no espaço lusófono.

Contudo, a aquisição de produtos relacionados à economia de defesa, segundo os atores entrevistados, lidera o rol das aquisições entre os estados membros. Em suma, pode-se dizer que as grandes motivações aprisionam-se à necessidade que os estados membros sentem de otimizar as estruturas logísticas e de comunicação, bem como as ferramentas de gestão de processos, pessoas e eventos de que dispõem.

Na *cité* por projeto da segurança e defesa, é esperado que os atores se realizem individualmente ao mesmo tempo em que legitimam a realização do grupo composto pelos estados lusófonos, através da consolidação de uma rotina de diálogo dos interlocutores e da consubstanciação de papéis de liderança. Na *cité* por projeto, constata-se que existe uma instrumentalização dos processos com vista a alcançar os fins individuais e coletivos (como a consolidação do triângulo técnico, estratégico e militar envolvendo Angola, Brasil e Portugal apresenta o valor de favorecer a interação das Forças Armadas lusófonas com outras Forças Armadas de prestígio no panorama internacional). Constatou-se nas entrevistas que a duração dos projetos não é tão relevante quanto a sua diversidade e frequência.

Na *cité* cívica da segurança e defesa o aspecto central incide sobre o outro, que se encontra em estado de carência, ou seja, camaradas de carreira militar desprovidos de meios logísticos para deslocamento e realização de formação/treino militar, e comunidades vítimas de catástrofes naturais ou envolvidas em conflitos sociais e urbanos, em especial no continente africano.

Na *cité* gestonária da segurança e da defesa, o argumento justificativo vincula-se à necessidade que os atores têm de planejar, propor e coordenar projetos no sentido macro e de encontrar pontos de convergência entre os interesses das nações e dos atores, no sentido mais micro da ação. Pode-se dizer que a racionalidade da *cité* gestonária contribui para a exequibilidade da *cité* por projeto nas áreas da segurança e da defesa. Em suma, enquanto a *cité* por projeto está mais direcionada aos fins (por exemplo, a criação de redes de parcerias e a implementação de projetos), a *cité* gestonária se ocupa da criação dos instrumentos políticos e estratégicos para que os referidos fins sejam alcançados (como exemplo, cita-se a realização de estudos para perceber que iniciativas precisam ser desenvolvidas, quais os recursos necessários e de que forma estes podem ser adquiridos).

Na *cité* da indústria de segurança e defesa, o estreitamento dos laços de cooperação é instrumentalizado pelos atores com vistas a reduzir os custos de transação na aquisição de equipamentos, tecnologias, profissionais talentosos e informações relevantes, além da meta de desenvolver outros ramos de negócios a partir da descentralização da estrutura de produção brasileira para Portugal.

Na análise da matriz SWOT do segmento diplomático, constatou-se que os acordos consolidados nas áreas da segurança e da defesa ocorrem com mais frequência de forma bilateral, e não multilateral. Além disso, Angola, Brasil e Portugal estabeleceram entre si inúmeros acordos de cooperação bilateral, principalmente nas áreas da formação técnico-policial e técnico-militar. Todos os países demonstraram possuir experiência no trabalho em rede.

A análise das entrevistas do segmento diplomático permitiu verificar que a CPLP representa para os atores consultados uma excelente ferramenta para a consolidação de acordos de cooperação bilateral e

multilateral entre os estados-membros inclusive nas áreas da segurança e da defesa. Contudo, segundo os atores do segmento diplomático, as ferramentas utilizadas pela CPLP em projetos de concertação social alcançariam melhores resultados se estivessem associadas à percepção de quais são os fatores que mais dificultam a consolidação e a manutenção dos laços de cooperação entre os estados-membros. Segundo estes atores, as desigualdades entre os estados-membros em termos de capacidades financeiras, técnicas e políticas dificultam a consolidação de acordos de cooperação.

Para os atores do segmento diplomático, a consolidação ou otimização dos laços de cooperação possibilita ganho de escala e de imagem e reputação. O ganho de escala e de imagem e reputação, por sua vez, favorece a participação nas missões humanitárias ou de apoio à paz levadas a cabo pelas Nações Unidas e a obtenção de legitimidade e prestígio social na arena internacional.

No entanto, para que os acordos de cooperação consolidados produzam os resultados esperados, é preciso que se conheçam as principais dificuldades enfrentadas pelos atores na operacionalização do trabalho em rede, com vistas a atuar na prevenção e na colmatação das referidas dificuldades.

Das hipóteses que foram levantadas quanto à dificuldade com a consolidação e o estreitamento dos laços de cooperação entre os estados-membros da CPLP, sublinha-se a diferença dos valores incorporados pelos estados-membros e as desigualdades de linhas de orientação estratégicas e políticas.

Na análise dos pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças assentes na matriz SWOT do segmento estratégico verificou-se que Angola, Brasil e Portugal possuem um histórico de cooperação técnico-policial. A cooperação entre Angola e Portugal dá-se essencialmente na formação técnico-policial e técnico-militar. Já entre Brasil e Portugal, a cooperação técnico-policial é que apresenta maior incidência principalmente no plano bilateral.

Os acordos bilaterais consolidados entre Brasil e Portugal dizem respeito às visitas das autoridades brasileiras às instituições de gestão e formação técnico-policial em Portugal a convite das autoridades portuguesas; à partilha de boas práticas na área da prevenção e combate à criminalidade entre os dois países; ao intercâmbio de oficiais para a realização de formação técnico-policial tanto no Brasil como em Portugal; à realização de ações de controle fronteiriço e combate à imigração ilegal. Estes acordos contemplam ainda a externalização de competências relacionadas ao planeamento, monitorização e avaliação de impactos em áreas específicas, como a manutenção da ordem pública em grandes eventos desportivos, entre outros.

De acordo com os atores do segmento estratégico, os incentivos institucionais e técnicos concedidos pela CPLP impulsionaram a consolidação de acordos de cooperação nas áreas da segurança e da defesa entre os estados-membros, tanto de forma bilateral como multilateral.

Constatou-se que tanto policiais portugueses como brasileiros possuem uma vasta experiência na participação em missões humanitárias e de apoio à paz levadas a cabo pelas Nações Unidas. Os policiais portugueses possuem também experiência em manutenção da ordem pública em processos de consolidação da paz em países de expressão portuguesa, como o Timor Leste.

A cooperação técnico-militar e técnico-policial tanto pode se dar por via do oficial de ligação como entre ministérios. No caso da cooperação estabelecida entre Portugal e os países africanos, esta concretiza-se

essencialmente via ministérios. Já o canal privilegiado na concretização de acordos de cooperação entre Brasil e Portugal é o oficial de ligação português sediado no Brasil.

Pelo que se constatou, o envio de oficiais de ligação portugueses para o Brasil reforça o interesse de Portugal em estreitar laços de cooperação técnico-militar e técnico-policial com este país. No entanto, reforça-se também que Angola pretende estreitar laços de cooperação principalmente com Portugal, para a formação técnico-militar e técnico-policial, e com o Brasil, para o patrulhamento do Atlântico Sul.

Segundo os atores do segmento estratégico, problemas de ordem estrutural como a fragmentação da polícia brasileira e a ausência de um ministério homólogo no Brasil dificultam o estreitamento dos acordos de cooperação técnico-policial com este país. Outros entraves seriam a baixa predisposição da maioria dos oficiais africanos a adquirir graus académicos superiores à licenciatura e a realizar formação técnico-policial em um outro país lusófono, como Brasil ou Portugal.

O desnivelamento de informação absorvida pelos estados-membros também constitui uma dificuldade ao estreitamento dos acordos de cooperação segundo os atores do segmento estratégico. De acordo com eles, faz sentido pensar em otimização dos acordos de cooperação técnico-militar e técnico-policial entre Angola, Brasil e Portugal, pelo fato de permitir reduzir os custos com a aquisição de material de guerra, controlar as fronteiras e combater a imigração ilegal. Acreditam ainda ser uma vantagem da referida otimização a possibilidade de atualizar os modelos de formação técnico-policial e técnico-militar e de poder participar de fóruns ou outros eventos relacionados à partilha de conhecimentos, experiências e boas práticas.

Na análise da matriz SWOT do segmento técnico-operacional verificou-se que as polícias portuguesas possuem experiência na coordenação de projetos relacionados à formação técnico-policial e na consolidação de centros de investigação criminal em países lusófonos. Constatou-se ainda que os acordos de cooperação estabelecidos entre Brasil e Portugal se dão formal e informalmente. Sublinha-se o fato de a informalidade ser apontada como um dos pontos fortes da relação de cooperação técnico-policial estabelecida entre os dois países.

Enquanto a cooperação técnico-policial entre Brasil e Portugal incide sobretudo no intercâmbio de oficiais para a realização de formação e para a partilha de informação pertinente, de experiências profissionais e de boas práticas, a cooperação entre Angola e Portugal centra-se essencialmente no envio de oficiais portugueses a Angola com o objetivo de ministrarem formação técnico-policial.

O modelo de investigação criminal empregado em Portugal tem servido de inspiração à polícia de Timor Leste.

Segundo os atores do segmento técnico-operacional, constituem entraves à otimização dos acordos de cooperação nesse âmbito: os diferentes valores atribuídos pelos chefes de polícias; a ausência de meios de comunicação que incentivem o diálogo entre os policiais dos países de expressão portuguesa; a baixa predisposição de Portugal a tomar iniciativas para fomentar o estreitamento de laços entre as suas próprias polícias e destas com as polícias homólogas dos países lusófonos; a inexistência de oficiais de ligação da polícia judiciária (PJ) no Brasil. No entanto, estes entraves poderiam ser superados a partir do incentivo ao intercâmbio de oficiais para a realização de formação académica e técnico-policial entre os países lusófonos. Poderia ainda contribuir para a superação dos entraves de ordem estrutural o envio de um oficial de ligação da PJ de Portugal para o Brasil, visto que este país possui elevadas competências no combate à criminalidade violenta.

Ressalta-se ainda a importância de se desenvolverem treinamentos conjuntos na área policial, à semelhança do “Exercício Felino”, que acontece na área da defesa, bem como de se constituir uma equipe multidisciplinar de investigação envolvendo cientistas e policiais para auxílio nos trabalhos que desenvolvem (investigação criminal, gestão da informação sigilosa, entre outros).

De acordo com os atores do segmento técnico-operacional, as polícias lusófonas teriam muito a ganhar se fosse criado o Colégio Lusófono de Polícias. Através deste colégio, os policiais poderiam adotar técnicas comuns de prevenção e combate a crimes típicos do espaço lusófono, com a vantagem de estarem validadas empiricamente, além de produzirem *inputs* que possibilitassem a atualização da doutrina policial.

Por fim, os atores deste segmento chamam a atenção à importância de se desenvolverem mecanismos de comunicação ajustáveis às características psicossociais e profissionais das diferentes polícias a fim de consolidar/otimizar os acordos de cooperação estabelecidos entre as polícias portuguesas. Para eles, a consolidação de redes informais de cooperação poderia contribuir para a superação dos entraves resultantes do processo controverso de colonização levado a cabo por Portugal nos países africanos.

## CONCLUSÃO

Em termos de resultados, o estudo mostrou que os atores tendem a invocar as lógicas de justificação propostas por Boltanski e Thévenot (1991) para defender a cooperação técnico-militar e técnico-policial quando confrontados. Contudo, as lógicas invocadas apontaram o surgimento de uma nova lógica, intitulada “gestionária”. O argumento justificativo que sustenta esta nova lógica assenta-se na ideia de que os atores têm necessidade de planejar, propor e coordenar projetos no sentido macro e de encontrar pontos de convergência entre os interesses das nações e dos atores no sentido micro da ação. Ao contrário do segmento diplomático, os segmentos do planejamento estratégico e técnico-operacional acreditam que a cooperação nas áreas da segurança e da defesa é residual, para não dizer incipiente. Segundo os atores, fatores de natureza política, estratégica e orçamental dificultam o afinamento da cooperação nestas áreas. Contudo, sugerem algumas medidas a implementar com vista à superação dos percalços por eles enfrentados.

A originalidade deste estudo incidiu essencialmente na análise comparativa dos moldes de formulação de julgamentos e de reunião de consensos promovidos por instituições ligadas à segurança e à defesa. Porém, em termos de limitações, apresenta a desvantagem de incidir na análise documental e bibliográfica um número restrito de documentos e na inquirição, um número também restrito de interlocutores.

Na análise das lógicas de justificação apresentadas pelos atores, verificou-se que faz todo o sentido pensar na aplicabilidade da grelha taxonômica de Boltanski e Thévenot (1991) nas áreas da segurança e da defesa. Contudo, identificou-se uma outra lógica de justificação que pareceu muito particular às referidas áreas, que é a lógica de justificação gestionária. Enquanto nas lógicas de inspiração, cívica, doméstica, renome, industrial, mercantil e projeto os atores assumem o papel de coordenador responsável pela própria ação, na lógica gestionária os atores assumem-se como corresponsáveis pela ação de outros atores, por isso desempenham as funções de planejamento, coordenação e execução da ação.

Constatou-se a existência de variações nas lógicas justificativas apresentadas pelos atores quanto à importância da CPLP para o desenvolvimento das Forças Armadas e das forças de segurança dos países-

membros. Enquanto no segmento diplomático a CPLP apresenta-se como uma excelente via para tal, no segmento do planeamento estratégico esta não constitui uma prioridade, uma vez a resolução dos problemas internos dos países se apresenta em primeiro lugar.

A inserção na CPLP levou os países a adotarem linhas estratégicas e de ação semelhantes para as áreas da segurança e da defesa, pelo fato de os planos de defesa nacionais e de as estratégias de defesa do Brasil e de Portugal contemplarem prioridades bastante parecidas, no que diz respeito ao incentivo à consolidação e otimização dos laços de cooperação com outros países, inclusive com os da comunidade lusófona.

Constatou-se ainda na fase exploratória deste estudo que os acordos de cooperação existentes nas áreas da segurança e da defesa entre Angola, Brasil e Portugal poderão ser reforçados e aprofundados, seja porque já está previsto nas políticas nacionais de Defesa dos respectivos países, seja porque os atores que estão no terreno acreditam que o reforço destes laços pode ser uma excelente via para o desenvolvimento das referidas áreas, como também dos respectivos países na arena internacional (EMBAIXADA DE ANGOLA, 2011; CPLP, 2011; PORTUGAL, 2011; DGAI, 2011; DGPN, 2011; EMBAIXADA DO BRASIL, 2011a; ISCPSI, 2011; PJ, 2011).

Existem linhas estratégicas e de ação específicas para a articulação entre os países lusófonos. A articulação de Angola com Portugal fundamenta-se sobretudo em acordos de cooperação na área da formação técnico-militar, enquanto a articulação do Brasil com Portugal está sobretudo relacionada com a aquisição de material de defesa e a realização de exercícios militares conjuntos.

O reforço dos laços de cooperação nas áreas da segurança e da defesa é apresentado como uma mais-valia para o desenvolvimento das Forças Armadas e das forças de segurança dos países lusófonos, bem como a afirmação internacional destas no domínio das operações de paz e humanitárias das Nações Unidas (DGPN, 2011; SPAD, 2011; CPLP, 2011; GRI/DGPN, 2011; EMBAIXADA DE ANGOLA, 2011).

O reforço dos laços de cooperação possui a vantagem de reduzir os custos de transação nas aquisições de material de defesa, mão de obra qualificada, tecnologia de ponta e de informação pertinente (GRI/DGPN, 2011); gerar ganho de imagem e reputação às Forças Armadas e de segurança dos países lusófonos; fortalecer a posição da CPLP no Conselho das Nações Unidas (EMBAIXADA DO BRASIL, 2011a; DGPN, 2011 e ainda incentivar a participação coletiva dos países lusófonos em missões humanitárias e de apoio à paz (SPAD, 2011; EMBAIXADA DO BRASIL, 2011a).

Segundo os atores consultados, os referidos laços poderiam ser reforçados. Por um lado tornando-os uma prioridade nos planos nacionais de defesa e nas estratégias de defesa nacionais, por outro, com ações de formação com quem está à frente dos segmentos diplomático, do planeamento estratégico e técnico-operacional, para fomentar nestes a mudança de atitude necessária ao bom cumprimento dos objetivos estipulados nos documentos políticos programáticos para as referidas áreas (DGPN, 2011; CPLP, 2011; EMBAIXADA DE ANGOLA, 2011; EMBAIXADA DO BRASIL, 2011).

Na consulta ao *site* da Rede de Desenvolvimento e de Investigação da CPLP e na entrevista com o secretariado executivo da Comunidade, constatou-se que ainda são escassos os estudos científicos realizados nos domínios técnico-policial e técnico-militar, contudo, acredita-se que este cenário será modificado com a tomada de posse do novo coordenador do Centro de Análise Estratégico de Moçambique (SPAD, 2011; CPLP, 2011), bem como com a criação dos novos centros de excelência (DGPN, 2011).

O Brasil foi o único país entre os três analisados que contemplou a realização de investigação científica na área técnico-militar como uma linha estratégica a ser levada a cabo em conjunto com as universidades e outras organizações não governamentais da sociedade civil. Contudo, não se evidencia nos documentos programáticos brasileiros o interesse em realizar investigação científica no referido domínio em conjunto com outros países, inclusive da lusofonia.

Notou-se que o Brasil mantém um grande interesse em estreitar os laços de cooperação com a África Austral, em especial com Angola, com vista a realizar o patrulhamento do Atlântico Sul em conjunto (EMBAIXADA DE ANGOLA, 2011; EMBAIXADA DO BRASIL, 2011b). Contudo não é de seu interesse, pelo menos a curto prazo, formalizar ou estreitar laços de cooperação com a Otan para o patrulhamento do Atlântico Norte (EMBAIXADA DO BRASIL, 2011a).

No plano de defesa nacional de Portugal, constatou-se que a participação em operações humanitárias e de apoio à paz está no cerne do estreitamento dos laços de cooperação deste país com a UE, Otan, ONU e CPLP.

Constatou-se ainda que existe uma densa preocupação dos Estados brasileiro e português em atuar com eficiência no combate aos crimes transnacionais, entre os quais se ressalta a criminalidade organizada e o tráfico de drogas (PJ, 2011). Para isto, foi salientado ser imprescindível o estreitamento dos laços de cooperação com os países fronteiriços e do espaço lusófono.

Além disso, tem sido efetiva a cooperação técnico-militar e técnico-policial entre Brasil e Portugal (GRI/DGPN, 2001), principalmente no que diz respeito à realização de treino ou de ações de patrulhamento (DGAI, 2011). Apesar de alguns projetos estarem em desenvolvimento, pode-se dizer que a cooperação entre Brasil e Portugal ainda é incipiente (ISCSI, 2011; PJ, 2011), pois as áreas da economia da defesa, da formação militar e policial, da investigação científica e do intercâmbio de conhecimento novo ainda estão pouco desenvolvidas (GRI/DGPN, 2001). No entanto, o Ministério da Defesa de Portugal está realizando o levantamento de todos os departamentos e gabinetes que mantêm cooperação com o Brasil na área técnico-militar, a fim de centralizar as informações de tudo o que já foi feito em parceria com este país, e assim otimizar os contatos existentes, evitar desperdícios com a aquisição de informações já produzidas e garantir a realização de projetos de maior interesse para ambas as nações.

Quanto à cooperação técnico-policial, o Ministério da Administração Interna de Portugal tem realizado inúmeros contatos com os países lusófonos, inclusive com o Brasil, com vistas a alargar os acordos de cooperação estabelecidos para a área da consultoria e acompanhamento das ações de manutenção da ordem pública em grandes eventos desportivos.

Uma vez constatado que os acordos de cooperação técnico-policial contemplam a internalização de competências e o intercâmbio de conhecimentos, experiências e boas práticas entre os atores cujos traços culturais são idênticos, reforça-se que constitui o objetivo futuro deste estudo compreender em que medida estes acordos apresentam ou não potencialidades para se consolidarem em um Aglomerado Lusófono de Polícias.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDREI, Daniela; RATIU, Lucia; OTOIU, Catalina; CHIRICA, Sofia. Professional Performance within a Romanian Police Force in the Context of Change. **Procedia – Social and Behavioral Sciences**, n. 33, p. 657-661, 2012.

- ANGOLA. Assembleia Nacional. Lei nº 2/93. **Diário da República**, I, n. 12, 26 mar. 1993. Disponível em: < [http://library.fes.de/pdf-files/bueros/angola/hosting/l\\_def.pdf](http://library.fes.de/pdf-files/bueros/angola/hosting/l_def.pdf) >. Acesso em: jun. 2019.
- BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Eve. **O novo Espírito do Capitalismo**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.
- BOLTANSKI, Luc; THÉVENOT, Laurent. **De La Justification. Les Économies de La Grandeur**. France: Gallimard, 1991.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.
- BRASIL. **Política Nacional de Defesa**. Brasília, DF: Ministério de Estado da Defesa, 2012.
- COSTA, Ivone F. **Polícia e Sociedade no Brasil: O Caso de Salvador**. Dissertação (Doutorado em Sociologia Econômica e das Organizações) – Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2003.
- CPLP. **Relatório em Acta de Reunião. Secretariado Executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa**. Lisboa: CPLP, maio 2011.
- DGAI. Direcção Geral da Administração Interna. **Relatório em Ata de Reunião**. Lisboa, nov. 2011.
- DGPN. Direcção Geral de Política Nacional. **Relatório em Ata de Reunião**. Lisboa, maio 2011.
- DNT. Direcção Nacional de Trânsito da Angola. **Relatório em Ata de Reunião**. Lisboa, nov. 2011.
- EMBAIXADA DE ANGOLA. Gabinete da Embaixada da Angola. **Relatório em Ata de Reunião**. Lisboa, abr. 2011.
- EMBAIXADA DO BRASIL. Embaixada do Brasil junto à CPLP. **Relatório em Ata de Reunião**. Lisboa, nov. 2011a.
- EMBAIXADA DO BRASIL. Gabinete da Embaixada do Brasil. **Relatório em Ata de Reunião**. Lisboa, março 2011b.
- EWALT, Jo A.G. **Theories of Governance and New Public Management: Links to Understanding Welfare Policy Implementation**. Newark: Eastern Kentucky University, 2001.
- GIDDENS, Anthony. **As Consequências da Modernidade**. Oeiras: Celta, 2005.
- GRAVELLE, James; ROGERS, Colin. Policing Public Protests and Corporate Social Responsibility. **International Journal of Law, Crime and Justice**, v. 39, p. 111- 120, 2011.
- GRI/DGPN. Gabinete de Relações Internacionais da Direcção Geral de Política Nacional. **Relatório em Ata de Reunião**. Lisboa, jun. 2011.
- ISCPSP. Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna. **Relatório em Acta de Reunião**. Lisboa, nov. 2011.
- LATOUR, Bruno. **Reagregando o Social: Uma Introdução à Teoria do Ator-Rede**. Trad. Gilson César Cardoso de Sousa. Salvador/Bauru: EDUFBA/EDUSC, 2012.
- MASON, David; HILLENBRAND, Carola; MONEY, Kevin Money. Are informed citizens more Trusting? Transparency of performance data and trust towards a British Police Force. **J Bus Ethics**, n. 122, p. 321-341, 2014. doi: 10.1007/s10551-013-1702-6.
- MOREIRA, Adriano. **Comunidade dos Países de Língua Portuguesa**. Lisboa: Almedina, 2001.
- PJ. Polícia Judiciária. **Relatório em Ata de Reunião**. Lisboa, nov. 2011.
- PORTUGAL. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Divisão dos Assuntos da CPLP do Ministério dos Negócios Estrangeiros. **Relatório em Ata de Reunião**. Lisboa, nov. 2011.



PORTUGAL. **Constituição da República Portuguesa**. VII Revisão Constitucional. Lisboa, 2005. Disponível em: <[www.parlamento.pt](http://www.parlamento.pt)>. Acesso em: maio 2011.

PORTUGAL. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Declaração Universal dos Direitos do Homem. **Diário da República**, I Série A, n.º 57/78, 9 mar. 1978. Disponível em: <[www.apfn.com.pt](http://www.apfn.com.pt)>. Acesso em: maio 2011.

PORTUGAL. **Política de Defesa Nacional de Portugal**. Disponível em: <[www.mdn.gov.pt](http://www.mdn.gov.pt)>. Acesso em: abr. 2011.

PORTUGAL. **Programa do XX Governo Constitucional 2015-2019**. Disponível em: <<http://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=6148523063446f764c324679626d56304c334e706447567a4c31684a-53556c4d5a5763765247396a6457316c626e52766330466a64476c32615752685a47565159584a73-5957316c626e5268636938334d6a6378596d517a4d7930344d54637a4c5451304e6d5974596d-566d5a6930314d6a55774e4441325a5467784e6a45756347526d&fich=7271bd33-8173-446f-beff-5250406e8161.pdf&inline=true>>. Acesso em jun. 2019.

QIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. 2. Ed. Lisboa: Gradiva, 1998. (Col. Trajectos, 17).

RITSERT, Rolf; PEKAR, Mirjam; RICKARDS, Robert C. Impacts of Public Management Reforms: Findings from German Police Forces. **International Journal of Business and Public Administration**, v. 9, n. 1, 2012.

SPAD. Secretariado Permanente para os Assuntos da Defesa. **Relatório em Ata de Reunião**. Lisboa, jun. 2011.

TERPSTRA, Jan. Two theories on the police – The Relevance of Max Weber and Emile Durkheim to the Study of the Police. **International Journal of Law, Crime and Justice**, n. 39, p. 1-11, 2011.

TRIGILIA, Carlo. **Economic Sociology. State, Market, and Society in Modern Capitalism**. United Kingdom: Blackwell Publishers, 2002.

VALENTE, Manuel M.G. Modelos Constitucionais de Polícia e Cooperação na Segurança Interna. **Politeia**, anos X-XI-XII, p. 7-18, 2015.

WERNER, Guilherme Cunha. Diplomacia Policial. **Politeia**, anos X-XI-XII, p. 177-196, 2015.

